
Cadernos Culturais-2

O Barroso e a Guerra Civil de Espanha



EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

1987

JORGE FERNANDES ALVES

O Barroso e a Guerra Civil de Espanha

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

1987



CADERNOS CULTURAIS — 2

«O Barroso e a Guerra Civil de Espanha» — 2.ª edição
— Estudo de *Jorge Fernandes Alves*

ÓRGÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS MUNICIPAIS

Propriedade da
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Tiragem deste número: 2000 exemplares

Gráfica: «Editora Correio do Minho»
para: «Livraria Editora Pax, Lda.»

Depósito Legal n.º 17099/87

Foto da capa: Ponte da Misarela — Sidrós — Montalegre

JORGE FERNANDES ALVES, natural de Formariz, Paredes de Coura, licenciado em História pela Faculdade de Letras do Porto. Foi membro activo do Núcleo Cultural Municipal enquanto permaneceu em Montalegre, e ao estudo de Barroso dedicou muitas horas do seu tempo livre do que resultaram três preciosas obras, que muito contribuíram para o enriquecimento deste concelho de Montalegre.

 BIBLIOTECA
municipal de Montalegre
Data 2006.04.06
Registo 14 924
Cota 008(248.007) ALN

Ao P.^o João Martins Rodrigo:

Este trabalho deve-se em grande parte à motivação, informações e contactos do P.^e Rodrigo.

A uma das pessoas que, sem intuíto de lisonja fácil o dizemos, mais sabe da história do Barroso e da sua cultura, remetido a um exílio intelectual que não pode perdurar, o nosso obrigado.

P R E F Á C I O

JORGE FERNANDES ALVES foi professor na Escola Preparatória de Montalegre no ano lectivo de 1980-1981.

Um ano apenas! Mas este curto espaço de tempo foi o suficiente para o prender à terra barrosã — auscultar as suas gentes nos seus usos e costumes, nas suas qualidades e defeitos, nos seus sentimentos religiosos e humanos, empurrá-lo para cenários de maravilha que os olhos se não cansam de contemplar.

Os escritos sobre Barroso não abundam. Nisto têm grande culpa os seus filhos. Têm sido os de fora que mais se têm debruçado sobre a nossa terra, tentando explorar não só as suas belezas naturais mas também o modo de viver e de ser dos seus habitantes, que o isolamento tapou durante ano e anos ao mundo. A paixão por Barroso, as suas lendas e história, vão tocando turistas e homens da pena.

Jorge Fernandes, neste trabalho, não nos fala propriamente da história de Barroso, mas de certos acontecimentos que nele se passaram no período da Guerra Civil de Espanha e nos mostram uma das mais belas facetas do povo barrosão — a hospitalidade.

Este período doloroso para a nação vizinha, viveu-o Barroso no corpo e na alma. O drama dos refugiados, não foi só deles, foi também nosso. É deste drama que Jorge Fer-

nandes nos fala. Para o poder escrever — como diz o autor — «a falta de documentação escrita sobre casos particulares, fez-nos percorrer as aldeias de Barroso, atravessar a fronteira em busca do personagem histórico».

Teve assim ocasião de falar com testemunhas vivas dos factos, ver e verificar-lhes na linguagem, nos olhos e no rosto os sentimentos do coração. O nosso povo acolheu os refugiados com carinho, defendeu-lhes a vida e os direitos, tendo no P.^o Manuel José Afonso Batista, o maior paladino desta causa, como neste livro se conta.

Conheci o Professor Jorge Alves numa reunião, no início do ano, do professorado do ciclo de Montalegre. Pela serenidade e facilidade de falar, admirei-lhe logo a competência e erudição. Sedento de se enquadrar e conhecer o meio, nas nossas conversas quase diárias, Barroso era o tema. Tentei mostrar-lho por dentro e por fora — nas raízes das nossas árvores e no sangue das nossas veias. Daí a génese deste trabalho e de mais algum que sobre nós possa vir a escrever.

Juntos percorremos alguns quilómetros ... comemos do nosso pão de centeio e do nosso presunto ... sentámo-nos ao calor das nossas lareiras e nunca houve casa alguma que não tivesse que nos dar, ou alma alguma que não se abrisse, quando foi preciso contar o que se passou com os galegos.

Se eu mostrei a Jorge Alves o Barroso, ele mostrou-me quanto o entusiasmou esta terra e o amor e a admiração que lhe dedicou. Não encontrou aqui só um filão para os seus escritos — encontrou uma gente única. Para ele, a terra barrosã não é uma terra de incultos e atrasados, como, por vezes, corre mundo ser o Barroso. Aqui, como tantas vezes mo disse, encontrou um bom nível de cultura, gente esperta e com livros nas mãos que, em poucas mais partes, encontrou.

Sirvam estas linhas para lhe testemunhar a minha gratidão por tantas palavras amigas que me dirigiu — e nelas a de todo o povo de barroso pelo trabalho que nos deixa. Se, como diz o ditado, «quem meus filhos beija, minha boca adoça», quem tanto se prendeu a esta região e tão bem a conheceu, ou quis conhecer, sem dúvida que merece o nosso reconhecimento.

P.º João Rodrigo

1 — BARROSO: A RAIA PORTUGUESA PERANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA

A zona do Barroso, pelas suas características naturais, foi durante a guerra civil espanhola (1936-1939) muito procurada por refractários, desertores e vencidos que fugiam à política de vindicta de Franco. A raia seca, o terreno inóspito e montanhoso, o isolamento da região e a tradicional hospitalidade e solidariedade barrosãs eram factores de uma certa segurança.

A abordagem da problemática resultante de refugiados espanhóis (essencialmente galegos) na região do Barroso não pode ser, porém, isolada do contexto nacional/internacional que então se vivia. Foi uma situação que se multiplicou por toda a linha fronteira portuguesa, já que o governo português não adoptou face ao conflito uma posição de neutralidade, optando por um inequívoco apoio a Franco.

Uma carta do embaixador em Havana, Félix Gordón Ordás, para o seu governo (republicano) em Madrid

a propósito dos refugiados espanhóis em Portugal, diz textualmente:

«São perseguidos pelos montes. São entregues, uma vez caçados, aos fascistas espanhóis. Vem isto a suceder nos concelhos de Vinhais, Chaves, Mirandela e Montalegre» (1).

Datada de 30/9/38, a carta baseava-se no testemunho de refugiados que, via Portugal, conseguiriam atingir Cuba. Em Portugal, os refugiados viviam numa situação clandestina, sem qualquer estatuto de refugiados, ao contrário do que acontecia na fronteira oriental de Espanha, pois as autoridades francesas perante a avalanche de espanhóis a que se viram submetidos, procuraram resolver o problema em conjunto com a comunidade internacional.

Foi um tempo histórico que não respeitou apenas aos espanhóis, pois os portugueses também sofreram na pele a rudeza desses tempos que hoje se vão esvaíndo das memórias mais jovens. Porém, o medo ainda hoje está presente, de modo perturbante, em alguns portugueses e espanhóis que tivemos de ouvir, para recolher dados pessoais por eles vividos: uma certa desconfiança inicial só se diluiu após promessa de anonimato.

A falta de documentação escrita sobre casos particulares fez-nos percorrer as aldeias do Barroso, atravessar a fronteira em busca do personagem his-

(1) In Delgado, Iva — Portugal e a guerra civil de Espanha, p. 211.

tórico. Estes testemunhos pessoais ajudaram-nos a ler nas entrelinhas de uma informação escrita moldada pelo lápis da censura.

Já não existia, nesta época, em Montalegre nenhum periódico local, o que contrastava flagrantemente com os anos da república, tão prolíferos em folhas de imprensa. Como repositório local de alguns factos ou ideias, apenas dois jornais, um pouco mais além, em Chaves: JORNAL DE CHAVES e ERA NOVA.

O JORNAL DE CHAVES, de tendência republicana, vê-se impedido de abordar temas políticos a partir de certa altura, chegando a ser preso o seu director; nele não se encontra uma referência à guerra, espanhola. Como curiosidade, anote-se o facto de, inicialmente, explicitar os artigos cortados pela censura.

O ERA NOVA, órgão local da Legião Portuguesa, faz campanha pelo franquismo. Atente-se no director do ERA NOVA, Luís Borges Júnior, tenente e depois capitão, administrador do concelho de Chaves, inspector delegado da Polícia Internacional (PIDE), instrutor da Legião Portuguesa, e a partir de Janeiro de 1938 Presidente da Câmara de Chaves. Compreensivelmente, a sua acção policial e repressiva não se circunscreveu ao seu concelho, mas estendeu-se a todo o Barroso, tendo um papel pessoal preponderante no desenrolar dos acontecimentos com os refugiados espanhóis e portugueses seus hospedeiros.

No maniqueísmo político que enforma todo o jornal, a Espanha funciona como a outra face da moeda

em relação a Portugal: a instabilidade política de antes da guerra dá prestígio às instituições portuguesas criadas com o 28 de Maio, por contraste; o conflito que se segue também. A visão das forças em luta, de igual modo, não obedece a análise de legitimidade do poder ou outros, senão ao critério maniqueísta em que o franquismo é lado bom. Um mês antes do início da guerra o Era Nova dá o mote:

«O que é triste é verificar-se que na trabalhadora e pacífica terra de Verín já andam alguns desordeiros de punho cerrado a cantar a Internacional, insultando e ameaçando pessoas que pela sua idade ou serviços prestados à terra, deveriam merecer um pouquinho mais de respeito». (n. 416 de 24/5/36).

Vive este jornal de transcrições do Diário da Manhã, como se sabe um dos órgãos officiosos estado-novistas, não admirando que coloque a questão deste modo:

«Os comunistas espanhóis que se batem em defesa do governo madrilenho têm requintes de ferocidade que nos fazem afirmar terem uma mentalidade e sentimentos mil vezes superiores aos dos selvagens equatoriais». (n.º 428 de 16/8/36).

Paralelamente, o ERA NOVA desenvolve uma campanha no sentido da filiação na L.P., U.N., M.P., particularmente incisiva para os funcionários públicos, publicando listas nominais dos que já se inscreveram, com a consequente anatematização para os outros.

O proselitismo de L. Borges Júnior era claramente excessivo, próprio de um quadro que ambicionava subir depressa na hierarquia do regime: provam-no a sua acumulação de cargos e os seus ataques agressivos e rudes aos adversários políticos, plenos de ameaças.

O início da guerra espanhola e os primeiros êxitos de Franco fizeram transbordar nos nacionalistas portugueses ondas de entusiasmo, tendo-se acreditado que o fim da guerra seria breve, com um desfecho claramente favorável aos franquistas. É neste contexto que o ERA NOVA publica um convite, que acabou por sair ao contrário das previsões, com quase três anos de antecedência:

«HOMENAGEM AOS NACIONALISTAS ESPANHÓIS

A administração do Conselho pede-nos para por este meio avisarmos os nacionalistas (inscritos na União Nacional, Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa) que desejem ir a Verín cumprimentar os nacionalistas espanhóis, logo que o Generalíssimo Franco ocupe a capital de Espanha, a inscreverem-se na lista que se encontra já na Livraria Académica.

Cada inscrito deverá declarar com quanto deseja subscrever para as despesas de transporte, visto haver muitos correlegionários nossos, a quem por falta de meios, haverá necessidade de lho pagar». (n.º 440 de 15/11/36).

O ERA NOVA promoverá ainda, a nível local, a participação nos combóios automóveis com víveres e roupas para os nacionalistas espanhóis, como se sabe, patrocinados a nível nacional pelo capitão Botelho Moniz e pelo Rádio Clube Português. No quarto combóio, efectuado em Dezembro de 1936, pelo menos, seguiu um camião de Chaves.

Sendo o ERA NOVA a voz oficial do nacionalismo regional, lido pelas autoridades locais, não podemos duvidar que estas se encontravam esclarecidas sobre a posição «correcta», face ao conflito espanhol. É neste quadro que se devem avaliar os riscos que corriam quer os refugiados, quer os portugueses que de algum modo os auxiliaram.

De resto, o problema dos refugiados, a nível nacional, deixou transparecer além-fronteiras a verdadeira atitude de regime estadonovista face aos acontecimentos espanhóis. Como já dissemos, enquanto a França procurava auxílio em instâncias internacionais para os refugiados, incluindo desertores, Portugal, que deixou de ter relações com o governo de Madrid logo em Outubro de 1936, não encarou de frente o problema. Para além de facilitar a movimentação dos nacionalistas espanhóis em terreno nacional, permitindo-lhes inclusivé que ocupassem a Embaixada de Espanha, permitiu também que franquistas viessem em próprio terreno nacional executar compatriotas que lhes eram hostis (o que está comprovado para a zona de Portalegre, embora desconheça que tal

aconteceu no norte), mas sobretudo prendia os espanhóis para os entregar às autoridades fronteiriças franquistas, sendo o seu destino normal o fuzilamento.

Foi por esta altura que a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE, depois PIDE) procedeu a uma limpeza dos estrangeiros que se encontravam no nosso país. Dos boletins que a própria polícia publicou sobre o assunto, com carácter oficial, pudemos extrair os seguintes dados:

ESTRANGEIROS EXPULSOS DE PORTUGAL

Mês/Ano	Espanhóis	Outros	Total
Julho/36	8	5	13
Agosto/36	4	3	7
Setembro/36	4	1	5
Outubro/36	30	2	32
Novembro/36	23	6	29
Janeiro/37	17	—	17
Fevereiro/37	17	4	21
Março/37	41	3	44
Abril/37	13	—	13
Maio/37	7	1	8
Junho/37	10	1	11
Julho/37	19	2	21
Agosto/37	43	8	51
Setembro/37	22	2	24
Outubro/37	11	—	11
Novembro/37	12	—	12

Dezembro/37	34	7	41
Janeiro/38	11	—	11
Fevereiro/38	8	4	12
Março/38	7	2	9
Abril/38	16	1	17
Maió/38	16	—	16
Junho/38	21	1	22
Julho/38	12	10	22
Agosto/38	18	8	26
Setembro/38	19	8	27
Outubro/38	30	6	36
Novembro/38	33	7	40
Dezembro/38	9	5	14
Janeiro/39	24	5	29
Fevereiro/39	16	12	28
Março/39	26	5	31

EM NÚMEROS TOTAIS: 581 espanhóis, 119 cidadãos de outros países. Em percentagem, 83% de de espanhóis, contra 17% de restantes estrangeiros. Se é natural tão larga percentagem de espanhóis, devido às condições fronteiriças, já a leitura dos números absolutos nos demonstra uma verdadeira caça ao espanhol, só compreensível pelo corte de relações que Lisboa efectuou com Madrid logo em Outubro de 1936, a pouco mais de três meses do início da insurreição franquista: repara-se no quadro atrás, que a partir desta data é que os números se tornam significativos. A maioria destes espanhóis,

referenciados nos boletins da PVDE como expulsos, são, essencialmente, pessoas ligadas às missões diplomáticas e comerciais anteriormente acreditadas no País, com ligações ao governo republicano espanhol, que o franquismo combatia.

Os refugiados clandestinos, apanhados e entregues directamente aos franquistas não devem ter sido referenciados em estatísticas. Digamos que essa entrega em mão era feita officiosamente, pela conivência das autoridades portuguesas locais com as autoridades franquistas fronteiriças.

Não podemos, honestamente, avaliar em números a movimentação de refugiados espanhóis em Portugal, pelas próprias condições de clandestinidade em que se inserem. O nosso país foi um local de passagem para outros países mais hospitaleiros (na América do Sul, em especial Cuba, e países do Norte da Europa); mas sobretudo para as populações fronteiriças, com relações de amizade pessoal, acabou por ser também um local onde alguns fugitivos estacionaram, alguns durante anos, apesar das condições hostis que as autoridades nacionais lhes criaram.

Quer num, quer noutro caso, a região de Barroso ocupou um lugar de destaque.

2 — REFUGIADOS NO BARROSO

A Galiza foi uma das primeiras regiões a ser controlada por Franco. Numa guerra em que se avançou

a passo, em que cada zona só era abandonada/ocupada após longos e renhidos combates, com grande sacrifício para as populações civis, a Galiza viu-se cedo liberta desse flagelo.

No entanto, o fluxo de refugiados, essencialmente galegos, para as terras do Barroso teve início no 2.º semestre de 1936, com o abrir das hostilidades, e em 1947 ainda constituía um problema por resolver para as autoridades portuguesas (recorde-se que a guerra terminou em 1939).

Numa primeira fase, fugiu-se sobretudo ao recrutamento geral que Franco ordenou nas zonas dominadas, por motivos que convém distinguir:

— pelo medo natural da guerra, e aqui incluiremos muitos simpatizantes franquistas que, não obstante, procuram salvar os seus filhos dos combates, enviando-os para ou através de Portugal;

— porque se discordava politicamente de Franco, pretendia-se a incorporação no exército republicano, mas seria suicídio fazê-lo através das linhas de combate e Portugal poderia ser um meio de passagem.

A região do Barroso foi, então, verdadeiramente assolada por uns e outros, não se limitando a sua concentração aos concelhos de Montalegre e Chaves, os da linha fronteira, mas também Boticas e Cabeceiras de Basto, com tendência a escaparem-se para o litoral. Sabemos de galegos que vieram, por exemplo, para a Póvoa de Varzim depois de passarem por Montalegre; outros para os grandes centros urbanos, Lisboa

e Porto, onde lhes era mais fácil a dissimulação. Mas, nem sempre a fuga da fronteira lhes valia, senão vejamos esta pequena local de Jornal de Notícias de 26/11/38:

«Nov. 23 — Ontem quando uma patrulha da GNR passava na serra de Valongo, capturou Manuel Iglesias Rodriguez, de nacionalidade espanhola, de 45 anos de idade, natural de Arbo, Pontevedra, e residente em Verin.

Como andava indocumentado, o comandante do Posto desta Vila, entregou-o à Polícia Internacional, para lhe dar o destino que entenda».

Numa zona raiana como o Barroso, onde o contrabando era um dos suportes da sobrevivência local, não foi difícil aos refugiados encontrarem apoio. A entreaajuda quotidiana entre os dois povos no ludíbrio da autoridade, era umas das condições de êxito na movimentação dos contrabandistas e isso criava amizades sólidas. O que agora se fazia era um apelo a essa amizade anterior.

Mas um outro facto ajuda a compreender a solididade com que pessoas gradas do regime hospedaram em sua própria casa alguns refugiados: muitos destes portugueses, há cerca de vinte anos atrás, tinham eles próprios recorrido à hospitalidade galega, quando envolvidos nas campanhas monárquicas de Paiva Couceiro; os hospedeiros de ontem solicitavam-lhes agora ajuda para seus filhos, parentes ou amigos. Foi um caso mais saliente nas zonas de Cabe-

ceiras de Basto, já que aqui era maior a aderência ao movimento couceirista.

Disseminadas pelo Barroso, normalmente os refugiados procuravam as grandes casas de lavoura, onde pudessem, desempenhando o papel de criados, executar tarefas que funcionavam como moeda de troca em relação ao abrigo e comida que recebiam. Mas havia também os que tinham possibilidades financeiras, não trabalhando, pagando em moeda a «pensão».

Inicialmente, os refugiados contaram mesmo com as boas graças dos agentes da autoridade local, que faziam vista grossa aos seus movimentos e, por vezes, até colaboravam. Segundo um guarda fiscal desse tempo, o sr. Arlindo Damião, hoje reformado, só costumava actuar por denúncia, doutro modo ignorava a existência de espanhóis. Este guarda fez, ao todo, 12 detenções, tendo permitido a fuga a alguns, alegando perante os superiores que não conseguira dominá-los. Frades, Padornelos, Currais são algumas das povoações onde o sr. Damião foi prender refugiados por denúncia. Esta só se compreende por parte de alguns patrões que inicialmente acolheram os fugitivos mas depois começaram a temer possíveis represálias, caso fossem suspeitos às autoridades.

O afluxo de refugiados tornou-se maior, quando o exército franquista chegou às Astúrias, onde os mineiros tinham sistemas de defesa baseados em cocktails Molotov, com o que esfacelavam o peito dos soldados franquistas. Começam, então, a chegar deser-

tores da Galiza, já que o grosso da força franquista naquela zona era recrutada na Galiza: a fama dos Molotov fará ainda aumentar os refractários.

Todas as freguesias do concelho de Montalegre e algumas dos concelhos limítrofes ajudaram e hospedaram refugiados. Pelo sigilo clandestino que caracterizou a situação torna-se inútil fazer um balanço, sequer aproximado, já que os refugiados tinham uma mobilidade mais ou menos constante para evitarem as denúncias.

Há, no entanto, uma freguesia que ainda hoje permanece como referência na memória dos que viveram o acontecimento, quer portugueses, quer espanhóis: Vila da Ponte. Ex-refugiados que pudemos contactar em Espanha têm uma veneração especial por esta terra; mesmo os que lá não estiveram escondidos ouviram falar dela, do que lá se passava. Um nome está popularizado e simboliza a ajuda que os portugueses concederam aos espanhóis, nesse tempo: o do falecido P.º Afonso Baptista.

Toda a gente em Montalegre lhe recorda o perfil: orador brilhante, trabalhou no arcebispado de Braga, antes de vir para a sua terra; politicamente foi um entusiasta pelos Centros Católicos, ajudando a fundar o de Montalegre, e escrevendo artigos de propaganda da ideologia que os informava. Foi amigo íntimo do Cardeal Cerejeira e chegou à fala com Salazar, o que lhe dava um prestígio tal que o tornava temido, mesmo pelas autoridades do regime então vigente. Na altura

da guerra civil espanhola era professor no liceu de Chaves, o que lhe permitiu contactos fáceis com as forças policiais e autoridades (como dissemos, em Chaves acabavam por se concentrar na mesma pessoa — o cap. Borges), vivendo num vaivém constante entre Chaves e Vila da Ponte.

O P.º Afonso Baptista defendia publicamente o auxílio aos refugiados, e a sua casa e a dos seus familiares sempre estiveram abertas aos que, nesse campo, lhe solicitaram auxílio. Disse-nos o sr. Domingos Baptista, irmão do falecido P.º Baptista, que a casa da família tinha mesmo a vantagem de possuir uma mina que servia de esconderijo nos momentos de patrulhas da GNR, que passaram a ser frequentes a partir de certa altura, como veremos. Nessas ocasiões, os refugiados da casa Baptista «fugiam do monte para casa, ao contrário dos das outras casas que fugiam das casas para o monte». Na verdade, os galegos que tinham de trabalhar no campo viviam em pleno sobresalto, pois as patrulhas da GNR podiam surpreendê-los, tanto mais que passaram a ser mais assíduas nas suas visitas à povoação, por ordens superiores, pois era do conhecimento público a existência de numerosos refugiados, bem como as facilidades que lá encontravam. Houve casos de trabalhadores espanhóis (refugiados, claro) que foram mortos em fuga, após serem surpreendidos pela Guarda Fiscal (desta vez) — aconteceu no concelho de Boticas.

Mas um caso tipifica a coragem e o desassombro

do P.^o Afonso: um galego que estava em casa da Família há já algum tempo foi preso em plena rua, alguns metros à frente de casa, por brigada chefiada pelo polícia internacional, Fernandes, figura sinistra para os nossos interlocutores. Levando o galego preso no respectivo jipe, a brigada seguiu entretanto para as minas da Borralha. Ao voltar, o P.^o Baptista conhecedor do caso, interrompeu-lhes a viagem e tentou convencer amigavelmente o polícia Fernandes a libertar o preso. (David, hoje taxista em Rendim). Perante a recusa do polícia, o P.^o Baptista, conforme plano concebido antes, prontificou-se a dar um abraço de despedida, simplesmente manietou-o de tal modo, fazendo paralelamente sinal a cerca de vinte homens como quem combinara a estratégia para libertarem o preso. Os polícias, ensurdecidos pela gritaria das mulheres que se juntaram, apesar de alguns tiros que ainda dispararam, não tiveram outro remédio senão partir, a conselho do P.^o Afonso que lhes fez ver o perigo de linchamento que corriam, perante o autêntico levantamento popular que fora organizado.

Este episódio levou o P.^o Baptista a uma disputa pública com o já referido capitão Borges, o estratega da prisão dos espanhóis desta região trasmontana. O P.^o Baptista defendia a imoralidade da entrega, uma vez que se sabia ser a tortura, seguida do fuzilamento o que normalmente as autoridades franquistas destinavam a tais casos.

Sendo a maioria dos refugiados, de que falamos,

das zonas raianas, afigura-se natural que alguns deles tenham continuado as actividades de contrabando ou até nelas se iniciando agora. Esta actividade vai provocar alguns acontecimentos com repercussão directa em todos os refugiados; por outro lado, todos estes serão referenciados como contrabandistas pelos jornais diários, já que o regime político vigente e os seus órgãos censórios se preocupavam em esvaziar de conteúdo político os acontecimentos, que envolveram por vezes grandes movimentações das forças policiais.

Quinze dias antes de um acontecimento crucial para a vida dos refugiados no Barroso — a morte de um soldado da GNR e ferimentos em outro —, o Jornal de Notícias apresentava este insólito aviso inserido no noticiário procedente de Braga:

«AVISO AOS CONTRABANDISTAS

Braga, 26 — A Câmara Municipal de Braga recebeu a seguinte comunicação que fez distribuir aos jornais para constar:

Para conhecimento dos interessados se torna público que o Governo Nacionalista de Espanha, com o fim de reprimir o mais violentamente possível toda a tentativa de passagem na fronteira de contrabando, bem como de desertores e indesejáveis que andam a montã e pretendem internar-se em Portugal, acaba de expedir ordens severíssimas aos comandantes de carabineiros e seus subordinados no sentido de fazerem fogo a todo e qualquer indivíduo que tente atra-

vessar a fronteira e não faça alto ao primeiro aviso. Isto durante o dia, porque de noite serão imediatamente alvejados» (in Jornal de Notícias de 27/10/38).

Era o cerco que começava a apertar e que aquele acontecimento vai catalizar.

O contrabando, nesta altura, consistia sobretudo em géneros alimentares que escasseavam do outro lado, além de produtos menores que a guerra viera valorizar, como era o caso de carrinhos de linhas para costurar, por exemplo. Para Portugal, traficavam-se armas e tabaco.

Foi, de facto, um episódio de refugiados tornados contrabandistas pela força das circunstâncias, que veio despoletar uma série de perseguições, acabando com a situação de tolerância que as autoridades locais, na prática, concediam aos refugiados, na zona de Barroso. Esse episódio consistiu na tentativa de desarmamento dos dois soldados da GNR, com as consequências citadas atrás — morte de um e ferimento noutra. A tentativa de desarmamento visava a recuperação de uma carga de contrabando apreendida por essa patrulha nesse dia — 8/11/38.

No decorrer das investigações que efectuámos para a feitura deste trabalho, tivemos oportunidade de entrevistar o principal protagonista dos acontecimentos: espanhol, hoje septuagenário, tendo na altura perto dos 30 anos, que fugira ao recenseamento franquista com a ideia de alcançar, por mar, a zona republicana, o que não logrou, de tal modo os agentes

franquistas em Lisboa controlavam o movimento dos espanhóis que lhes eram hostis. Acabou por se fixar na freguesia de Alturas de Barroso, tendo estado também em estadia mais ou menos prolongada em Cabeceiras de Basto. Andando sempre armado, a sua pontaria granjeara fama, o que lhe permitia uma certa facilidade de movimentos e lhe propiciara entrar no contrabando, já que entretanto trouxera a mulher de Espanha e esta engravidara. Para um barbeiro sem hipóteses de exercer publicamente a profissão, o contrabando era a saída viável.

A morte do soldado da GNR veio pôr a nú duas coisas: o perigo que corria a paz pública com a existência de indivíduos, em situação clandestina, muitos deles fortemente armados; a ineficácia das forças policiais locais, perante uma situação que deixaram agravar ao longo de dois anos, sentindo-se agora incapazes de controlar a situação. Por esta última razão, não será de estranhar um certo excesso de zelo doravante, para compensar a sua falta anterior. A falta de confiança da hierarquia central será notória a avaliar pelas notícias posteriores ao acontecimento. Por exemplo o Jornal de Notícias de 13.11.38, numa local enviada de Chaves dizia, a certa altura:

«... partiram há três dias para a região de Barroso forças da GNR do Porto, Braga, Vila Real e Bragança no total de 300 praças. Deram uma batida a todas as aldeias fronteiriças, desde o Minho ao termo de Barroso tendo já efectuado 20 prisões. Os contra-

bandistas, espanhóis e portugueses, foram transportados em camionetas, para esta cidade, tendo dado entrada no Posto da Polícia. Esperam-se mais prisões.

O caso tem despertado, nesta cidade, grande sensação.»

Mas o correspondente de «O Comércio do Porto» dará ainda mais claramente a noção de falta de serviço que os guardas locais procuravam dissimular. Datada do mesmo dia da anterior, veja-se a notícia do C.P.:

«Para descoberta dos autores do assalto à patrulha da GNR desta vila (Boticas), em que uma das praças encontrou a morte e outra ficou gravemente ferida, estão nesta vila, espalhados por toda a região barrosã, grande número de praças da GNR dos concelhos limítrofes.

Pelos soldados n.º 46, do posto da GNR de Montalegre, 122 e 176 do posto da GNR de Poiães, do concelho da Régua, foram presos três espanhóis, um na Veiga do concelho de Montalegre e dois na Veiga de Rebordelo, do mesmo concelho.

Estas praças já deram provas de bom serviço. Mas todos os soldados se têm esforçado no sentido de conseguirem capturar os criminosos.

Para averiguações, além dos referidos espanhóis, estão presos mais cinco e muitos portugueses que davam guarida àqueles. Consta, no entanto, que os criminosos se evadiram para Espanha. O comandante da GNR de Chaves, tem-se esforçado bastante tra-

balhando de dia e de noite, no sentido de descobrir os criminosos» .

Estas transcrições permitem-nos, desde já, avaliar claramente a preocupação que a morte do soldado da GNR, na freguesia de Covas, concelho de Boticas veio provocar nas forças policiais. E, anote-se que foi uma morte festejada, tendo o responsável pela sua morte sido vitoriado na aldeia. Este facto tem uma explicação muito simples: nas inóspitas regiões transmontanas, o contrabando a que chamaremos doméstico, é encarado com toda a naturalidade, como um dos poucos recursos de onde é possível extrair algum dinheiro, jogando na diferença cambial. Ora o guarda em questão era perito em dificultar o contrabando local, pertencendo-lhe já a morte de um português e um espanhol. A quem desconheça a solidariedade que une contrabandistas, população e mesmo autoridades, aconselhamos a leitura do conto «A Fronteira» de Miguel Torga, inserido nos Contos da Montanha.

Mas ainda no ERA NOVA, semanário de Chaves já referido, no n.º 537, ainda de 13.11.38 vem o seguinte texto que, pela sua importância vamos transcrever na íntegra:

ESPAÑHÓIS INDOCUMENTADOS

O Senhor Presidente da Câmara enviou a todos os regedores a circular n.º 51 que é do teor seguinte:
«Foi ontem assassinado, no concelho de Boticas,

quando fazia serviço de patrulha com um seu companheiro que também foi ferido, um soldado da Guarda Nacional Republicana.

Os assassinos, que de emboscada atacaram essa patrulha eram espanhóis vermelhos fugidos de Espanha.

A responsabilidade moral deste crime que vitimou um soldado português e atirou para a orfandade cinco crianças pertence a todos os maus portugueses que dão guarida à pior canalha fugida de Espanha.

Não está o Governo resolvido a deixar sem castigo este crime e por isso vão ser dadas ordens severíssimas para que sejam castigados rigidamente todos os portugueses que deram abrigo a estrangeiros indocumentados. Rogo a V. S.^a que proceda nessa freguesia a um inquérito rigoroso, informando-me se aí há espanhóis e em casa de quem estão.

Outras autoridades procederão a esse mesmo inquérito, sendo depois pedidas responsabilidades a quem pretender encobrir estrangeiros que tem a ousadia de em território português matar soldados de Portugal.

Caso aí se encontre algum, queira proceder à sua captura mandando-o apresentar sobre prisão nesta Câmara.»

A Bem da Nação

O Presidente da Câmara,

Luiz Borges Júnior

Capitão

Apesar de toda esta movimentação das forças policiais e o empenhamento das autoridades locais, o responsável pelos disparos sobre os soldados da GNR não seria capturado. Entregar-se-á voluntário às autoridades espanholas, depois de mais cerca de sete anos de clandestinidade, quando aparecer como suspeito de integrar os movimentos de guerrilha antifranquista que se levantaram um pouco por toda a Espanha em 1946, bem como para evitar que continuassem a ser-lhe atribuídos assaltos que, na realidade, eram da autoria de falangistas: apanhará nove anos de prisão e mais de vinte de liberdade vigiada, mas não será julgado pelo caso ocorrido em Portugal.

Esta perseguição teve como resultado uma fuga precipitada de grande número de refugiados para Espanha, outros optaram por continuar em Portugal, embora em condições mais difíceis. Verificaram-se os dramas de sempre, de acordo com as possibilidades e imaginação dos perseguidos: esconderijos em sotãos; debaixo de cortes de gado; reclusão voluntária, no maior sigilo, em várias casas portuguesas, como aconteceu, mais uma vez, em Vila da Ponte.

Muitos espanhóis foram, então, entregues pelas autoridades portuguesas às franquistas, outros vieram a entregar-se com o fim da guerra que entretanto chegara, (Abril de 1939), na esperança de beneficiarem de uma amnistia que Franco obstinadamente sempre recusou, apesar do pedido insistente da Comunidade Internacional.

Mas o maior número de vítimas foram os hospedeiros portugueses que agora se verão confrontados com a verdadeira realidade política portuguesa, que muitos deles até apoiavam. A Polícia Internacional e de Vigilância do Estado, antecessora da PIDE, teve um papel preponderante nestas prisões, tendo ficado célebre na região do Barroso o polícia Fernandes, de Chaves. Dezenas de barrosões foram detidos, sobre eles se exercendo os «típicos» modos de interrogatório.

No seguimento destes acontecimentos, o jornal ERA NOVA publicará dois editais da PVDE, intitulados: Recenseamento Extraordinário de Estrangeiros — obrigações quer dos estrangeiros quer dos alugadores (n.º 547 de 1.10.39); Nenhum estrangeiro pode receber Título de Residência ou Bilhete de Identidade sem prévia informação desta polícia (por conveniência de serviço) — (n.º 578 de 12.11.39).

Trata-se da tentativa de normalização e controlo da situação que não surtirá, na região do Barroso, pleno efeito: as características próprias da região não o permitirão. Depois da guerra e espaçadamente começaram a chegar, embora de modo menos numeroso do que anteriormente, vencidos que conseguem fugir à captura, ou mesmo evadidos das prisões franquistas. Trata-se de indivíduos em estado de desespero, tendo de lançar mão de todos os recursos para sobreviver. Por outro lado, estarão fortemente armados e com o treino e o desprendimento de quem enfrentou

três anos de uma luta fratricida e de uma violência desenfreada.

É de alguns destes fugitivos que vamos falar a seguir.

3 — OS ACONTECIMENTOS DE 1946

Como referimos atrás, o governo salazarista, através dos órgãos noticiosos que controlava, procurou despolitizar os acontecimentos que se deram no Barroso. Era uma tática de sempre, utilizada em todos os casos que viessem pôr em causa a «união nacional» doutrinada pelos ideólogos do regime: reduzir os casos conotados politicamente a crimes de delito comum era esvaziar-lhes o conteúdo oposicionista e apresentá-los como expressão da marginalização social.

Se os grandes jornais de Lisboa e Porto não tinham problemas em identificar refugiados com contrabandistas, já o mesmo porém se não pode dizer do ERA NOVA: jornal local para ser lido pelos locais. Fazer aquela identificação seria criar problemas com leitores e correligionários; por isso, o Era Nova prefere falar de vermelhos fugidos de Espanha.

Para fazermos uma leitura dos acontecimentos de 1946 é necessário partir desta situação: os jornais diários reduzem um grupo organizado de guerrilheiros, actuando em sintonia com outros espalhados por Espanha, a um mero grupo de salteadores. Os pró-

prios barrosões que entrevistamos, participantes ou testemunhas dos acontecimentos, não mostraram perceber a amplitude dos acontecimentos. Mas hoje ainda sobrevivem alguns dos protagonistas espanhóis, alguns dos quais voltaram a Espanha e residem perto da fronteira, outros ainda na Argélia.

Esboçemos, agora, a conjuntura em que decorreram os acontecimentos.

Após o final da segunda guerra mundial, que, como se sabe, sucedeu à guerra civil espanhola, os vários países vencedores, entre eles se destacando a Rússia, lideraram uma campanha na ONU para que Franco cedesse o poder a um governo provisório que realizasse eleições livres. Isto por Franco ter participado na política do Eixo. Se tal não aconteceu devido à oposição americana, as forças anti-franquistas tentaram, no entanto, criar a imagem de instabilidade política em Espanha, bem como da insatisfação do povo espanhol, através de pequenas insurreições em vários pontos do país, operando a partir das zonas fronteiriças. O governo de Franco protestava repetidamente contra a França, acusando-a de deixar organizar no seu território «brigadas internacionais» para invadir a Espanha.

Nesta situação, as forças anti-franquistas vão tentar coordenar todos os antigos combatentes que se encontravam refugiados, quer em França, quer em Portugal. Por isso, não admira que jornais portugueses noticiem, nesta altura, a prisão de «quadrilhas de malfeitores», formadas por foragidos espanhóis. Em

fins de Agosto de 1946, a GNR prendeu uma dessas «quadrilhas» em Vinhais, que se defendeu lançando granadas de mão.

Neste contexto temos de inserir a célebre «matilha do Juan», designação porque é conhecida no Barroso um grupo de refugiados, que a partir daqui procurava operar, tendo deixado bem assinalada a sua passagem.

Já dissemos que, logo após o final da guerra civil, alguns vencidos lograram alcançar o Barroso e libertarem-se do fuzilamento certo que a justiça franquista preconizava, porque ao contrário do que por vezes se pensa, Franco não promulgou qualquer amnistia que procurasse apagar as feridas de uma população desavinda. Alguns desses foragidos evadiram-se mesmo de presídios franquistas, onde aguardavam a execução da pena capital.

Uma vez em Portugal dedicar-se-ão sobretudo ao novo negócio que a 2.^a guerra mundial veio promover: o volfrâmio. Quer na exploração de pequenas jazidas não controladas pelas grandes companhias, quer no mercado negro do referido minério, far-se-ão riquezas consideráveis no Barroso e alguns refugiados, pelo seu armamento e treino militar, pela sua situação de clandestinidade, serão os que vão para a frente, os homens de mão dos grandes traficantes.

Jogando no volfrâmio, viveu Juan Salgado Rivero alguns anos no Barroso em companhia de alguns colegas compatriotas, desde a sua fuga do cárcere. Tive-

mos a sorte de encontrar um português que com eles trabalhou na exploração de uma jazida, num pequeno monte próximo de Negrões.

Em 1946, estes espanhóis e outros que se lhes vieram juntar organizam-se em grupo de guerrilha, sob o comando do Juan Salgado Rivero. O grupo subdividir-se-á para a execução de tarefas, mas cometerá certos actos em território português que lhe serão fatais: pela intimidação que exercem nas populações, levam ao esgotamento da solidariedade que ainda existia no Barroso para com os refugiados; levarão à actuação das forças policiais que desta vez se encarregarão de os liquidar.

Numa breve reconstituição do itinerário deste grupo, apontemos alguns dos factos mais salientes:

— Assalto à casa do proprietário Sousa Pinto, de Negrões, com o único objectivo de o assassinar, em retaliação pela denúncia de um antigo companheiro de guerra e cárcere, hospedado em casa do próprio Sousa Pinto e que acabou por ser entregue aos franquistas, sendo fuzilado. Apontam-se várias razões para esta denúncia, a que não seria alheio o mercado negro do volfrâmio. Resultado deste assalto, em Setembro de 1946; a morte de Sousa Pinto e, por arrasto, a de dois servidores deste. Este assassinato levou a que nas investigações que se seguiram fossem de novo presos vários barrosões, suspeitos de terem ajudado os assaltantes.

— Passagem por Vila da Ponte, onde se instalam

na pensão Janica alguns dias, indo depois para Portela do Homem, onde farão um assalto na casa Torneiro. Daqui resultará a prisão dos donos da pensão e do pobre jornaleiro que lhes ensinou o caminho até Paradela.

— Assalto ao autocarro que fazia a carreira Braga-Chaves, em 31.10.46, cuja maioria de passageiros se deslocava à feira dos Santos, em Chaves, indo bem recheada de dinheiro. Resultado: seis cordões de ouro, quinze relógios e várias dezenas de contos. Recolheram apenas o dinheiro e valores, devolvendo carteiras e documentos; a uma velhota que lamentava em altos gritos a sua sorte por se ver sem o cordão, devolveram-lho. O assalto deu-se quando a camioneta chegava perto de Vila da Ponte, tendo os assaltantes furado depois os pneus para obterem tempo para fuga.

O grupo do Juan praticou vários assaltos na zona de Verin, nem sempre se saindo bem, como aconteceu em 12 de Novembro de 1946, numa casa de lavoura da povoação espanhola de Madalena, fronteira à Vilar de Perdizes e Sarro André. Segundo o relato de «O Comércio do Porto»:

«Os assaltantes, munidos de pistolas, entraram ao cair da tarde numa casa de lavoura e exigiram ao proprietário a importância de cinco mil pesetas que aquele declarou não possuir. Sua mulher porém, prontificou-se a ir pedir o restante — o lavrador não tinha mais de três mil — ficando como reféns seu marido e um filho. Momentos decorridos, os sinos da locali-

dade começaram a tocar a rebate e os bandoleiros, vendo-se caídos numa armadilha, porque a mulher, em vez de ir pedir o dinheiro, fora na verdade mandar tocar os sinos, desfecharam as suas armas contra os reféns e fugiram em seguida. Pai e filho foram transportados para o hospital mais próximo, onde ficaram internados em estado gravíssimo».

Tais actos não podiam deixar de provocar uma preocupação de resposta rápida por parte das autoridades portuguesas e espanholas. Foi a PIDE (que já substituiu a PVDE) quem planeou a acção de enredamento, tendo para isso disfarçado agentes seus de contrabandistas e comerciantes de mercado negro que percorreram as zonas raianas em investigação, de combinação com as autoridades espanholas.

Sabendo que os guerrilheiros se encontravam em Cambedo, da freguesia de Vilarelho da Raia, a 3 km da fronteira e a 14 km de Chaves, forças da GNR do Porto, Vila Real, Régua e Chaves, os guarda-fiscais da zona disponíveis, e muitos agentes da PIDE cercaram a povoação. Era o dia 20 de Dezembro de 1946.

Durante dois dias e uma noite haverá bombardeamento e tiroteio na aldeia, pois os sitiados não se renderão, preferindo lutar, uma vez que conheciam o que os esperava caso viessem a ser presos: a entrega aos franquistas e respectivo fuzilamento. Durante o tiroteio haverá quatro mortos e quatro feridos, a dividir pelos guerrilheiros e sitiados, em partes iguais. Os dois guardas foram mortos quando

entravam numa casa em que estavam alguns guerrilheiros; o principal chefe do grupo, Juan Salgado Rivero foi morto quando pretendia atingir a povoação fronteiriça, tendo-se visto obrigado a retroceder, pois as autoridades espanholas tinham estabelecido um cordão na fronteira, para impedirem as fugas naquela direcção. No retrocesso foi atingido no ventre, mortalmente. Outro guerrilheiro, de nome Garcia, suicidou-se.

A chefia do grupo foi então ocupada por Demetrio Garcia Prieto, e os combates continuaram, só sendo possível aprisioná-los com o lançamento de granadas lacrimogéneas.

Após a prisão, o Demetrio, que era acompanhado pelo pai nos combates e depois na prisão, depois de explicar a razão já citada para a decisão de combaterem até ao fim, confessou ter morto um soldado da GNR, dois anos antes, em Boticas, para vingar a morte dum companheiro seu.

Vários guerrilheiros conseguiram, todavia, escapar e, como já dissemos, alguns ainda estão vivos. Mas várias pessoas de Cambedo foram aprisionadas.

Com o aniquilamento da célebre «matilha do Juan» esgotam-se os problemas com refugiados na zona do Barroso.

Pela nossa parte, damos como finda esta primeira memória dos acontecimentos, esperando voltar a ela, mais detalhadamente em tempo mais oportuno.

JUNHO, 1981

BIBLIOGRAFIA E FONTES:

- Delgado, Iva* — Portugal e a guerra civil de Espanha — Publicações Europa América, Lisboa, 1980.
- Idem* — Guerra de Espanha: aspectos político-jurídicos, in *História*, n.º 15, Junho 1980.
- P.V.D.E.* — Boletim dos Estrangeiros Expulsos de Portugal, 17 fascículos, Lisboa, 1934 a 1939.

JORNAL DE NOTÍCIAS, Porto, 1936/47

COMÉRCIO DO PORTO, Porto, 1936/47

ERA NOVA, Chaves, 1936/47

JORNAL DE CHAVES, Chaves, 1936/47

Uma referência especial para os testemunhos pessoais que durante meses recebemos no Barroso e em Espanha. Dada a vontade por motivos vários em manter o anonimato por grande parte dos entrevistados, optámos por não referenciar nenhum, para evitar equívocos quanto às informações prestadas.

INDICE

Prefácio	5
1 — Barroso: a raia portuguesa perante a guerra civil espanhola ...	9
2 — Refugiados no Barroso	17
3 — Os acontecimentos de 1946	32
4 — Bibliografia e fontes	39



0014854



*Biblioteca
Municipal
Montalegre*

*O Barroso e a Guerra Civil de
Espanha*

S
008(4
A
b